

# MEC estimula criação

*Estratégia destina-se a atender secundaristas que desejam ingresso imediato no mercado de trabalho*

EVANDRO ÉBOLI

Especial para o Estado

**B**RASÍLIA – O Ministério da Educação decidiu estimular a criação de “cursos seqüenciais” nas universidades e faculdades do País. São cursos com duração de seis meses a um ano, para atender os secundaristas que não desejam fazer um curso universitário tradicional e facilitar o ingresso imediato no mercado do trabalho. Uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (Inep) constatou que 62% dos secundaristas não desejam fazer um curso superior nos modelos atuais.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, entusiasmado com a proposta de criação desses cursos, encaminhada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pediu à direção do conselho um estudo detalhado. O ministério pretende transformar a idéia em resolução até setembro, para vigorar imediatamente.

Segundo o ex-reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

(Uerj) Hésio Cordeiro, integrante do CNE, a demanda do mercado de trabalho definirá quais as áreas beneficiadas. Foram encaminhadas ao conselho consultas de algumas instituições para abertura desses cursos. O curso será reconhecido como superior.

A criação desses cursos está prevista na Lei de Diretrizes e Base da Educação em vigor, e foi uma proposta do ex-senador Darcy Ribeiro. “O que o ministro pretende é regulamentar a idéia e colocá-la em prática”, disse Hésio Cordeiro. Alguns desses cursos, com o aval do MEC, já funcionam, em caráter experimental, em faculdades do Rio de Janeiro e de Caxias do Sul (RS).

O ministro anunciou ontem, ainda, que o governo vai começar o recadastramento das instituições de ensino superior pelas “mais problemáticas”, não importa se sejam públicas

**M**ERCADO  
VAI DEFINIR  
ÁREAS  
BENEFICIADAS

ou privadas. As que apresentaram pior desempenho no Provão, as mais antigas e aquelas cujo credenciamento está vencido serão as primeiras a serem avaliadas. Segundo o presidente do CNE, Éfrem Maranhão, serão estabelecidos prazos para reavaliação das instituições, que será mais rigorosa. “As instituições mais jovens serão reavaliadas a cada cinco anos e as amadurecidas, a cada dez anos”, disse Maranhão.